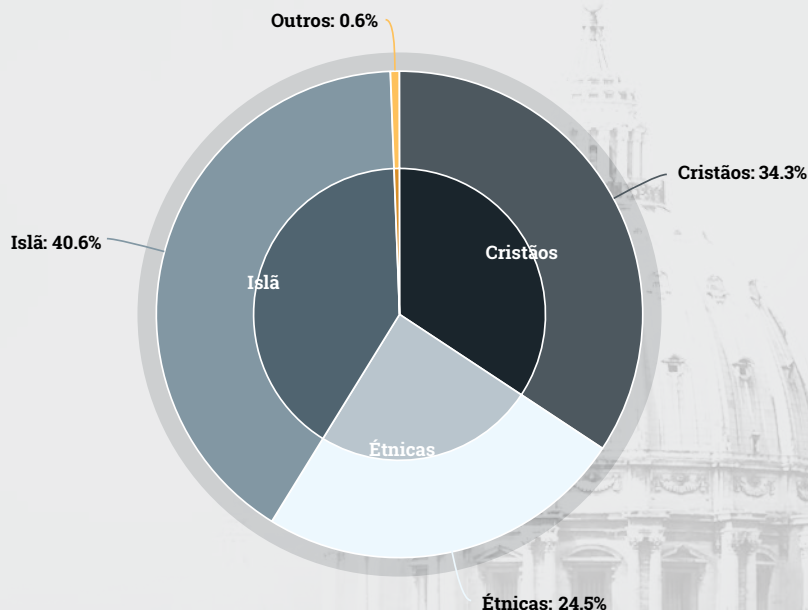
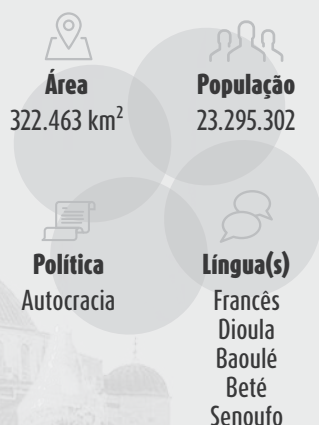


Costa do Marfim



Há aproximadamente setenta grupos étnicos diferentes na Costa do Marfim, além de haver uma porcentagem elevada de migrantes dos países vizinhos.^[1] A composição religiosa do país está dividida de forma igual entre religiões tradicionais africanas, que têm uma grande massa de seguidores, o Islamismo e o Cristianismo. Mais de metade dos cristãos são católicos, enquanto cerca de ¼ são protestantes e outro ¼ pertencem a outras comunidades. Muito famosa fora da Costa do Marfim é a cópia da Catedral de São Pedro de Roma que existe no país. A Basílica de Nossa Senhora da Paz em Yamoussoukro é vista como um símbolo da fé cristã na África Ocidental. A basílica é criticada por alguns pelo que consideram ser a sua escala desproporcionada.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

Em quase nenhum outro país da África Ocidental tem havido tão grande batalha pela influência e pelo poder como na Costa do Marfim. Este é um dos países mais populosos e economicamente mais fortes na região. Depois da guerra civil de 2002-2007, o conflito voltou a irromper em relação com as eleições presidenciais de 2010. Violentos confrontos surgiram entre adeptos do vencedor oficial, Alassane Ouattara,

um muçulmano, e o seu opositor derrotado e antecessor na função, Laurent Gbagbo, um cristão. Mais de 3 mil pessoas morreram nos combates, com centenas de milhares forçados a abandonarem as suas casas.^[2] Contudo, o que parecia à primeira vista ser uma guerra entre a parte norte do país maioritariamente muçulmana, local de origem de Ouattara, e o sul maioritariamente cristão, base do apoio a Gbagbo, foi na realidade muito mais uma questão de domínio político. É importante referir que os cristãos e os muçulmanos vivem pacificamente lado a lado, apesar da grande mistura étnica e religiosa do país. A violência foi para muitos uma tentativa de escapar da pobreza extrema e a um futuro sem esperança.^[3]

De acordo com a Constituição, a Costa do Marfim é um estado secular, baseado no modelo francês.^[4] O artigo 9º da Constituição do ano 2000 garante a liberdade religiosa entre outros.^[5] Tradicionalmente, os membros das várias comunidades religiosas cooperam bem entre si. Num país multiétnico e multirreligioso como a Costa do Marfim, esta é uma pré-condição essencial para a paz. Falando em termos gerais, o país está dividido em dois: o Islamismo é a religião prevalecente da vasta maioria da população proveniente do norte. É também a religião de muitos imigrantes dos países vizinhos do norte, sobretudo do Burkina Faso. O Cristianismo é a religião dominante no sul.

[2] Auslandsinformationen der Konrad Adenauer Stiftung, Vol. 9/15

[3] ibidem

[4] www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/CoteDivoire/Innen-politik_node.html (acessado em Abril de 2016)

[5] http://abidjan.usembassy.gov/ivoirian_constitution2.html

[1] Association of Religion Data Archives [Associação de Arquivos de Dados sobre Religião]

INCIDENTES

Em geral, não houve alterações oficiais em relação à liberdade religiosa durante o período deste relatório. Sobretudo no que diz respeito às relações inter-religiosas, o legado do passado continua tendo um grande peso. Para muitos cristãos, a agitação política ligada às eleições presidenciais de 2010 teve um efeito traumático. Ocorreram intensos combates entre aliados do presidente cessante, Laurent Gbagbo, cristão, e de partidários do recém-eleito chefe de Estado, Alassane Ouattara, muçulmano. De acordo com informação de sacerdotes católicos, quarenta igrejas foram atacadas por gangues armadas.^[6] Em 7 de agosto de 2013, o Padre jesuíta Hyacinthe Loua afirmou na Rádio Vaticana: “Há três anos que as pessoas falam de reconciliação neste país, mas pouco aconteceu. Estamos nos esforçando para fazer o nosso melhor e estamos totalmente conscientes de que vai levar muito tempo. Se quisermos falar da cura das feridas de guerra, então precisamos saber que isso vai levar anos para conseguir.”

Em 2016, estas palavras não perderam relevância. Embora tenha havido progressos, o processo de reconciliação ainda está longe de estar concluído. A Costa do Marfim enfrenta dois desafios centrais: por um lado, o país recebeu um número enorme de pessoas dos países vizinhos nas últimas décadas, muitas das quais vivem agora como apátridas. Diz-se que chegaram cerca de quatro milhões de pessoas, em parte por razões econômicas e em parte como refugiados de guerras civis em outros locais. Isto representa 20% da população total. Sem uma integração social e cultural bem-sucedida destes migrantes, a reconciliação, a justiça e a paz são praticamente impensáveis.

Um passo importante foi a reforma das leis de cidadania em 22 de agosto de 2013. Os legisladores aprovaram duas leis relativas à nacionalidade. Uma permitiu que os estrangeiros adquiram a cidadania costa-marfinense através do casamento com um cidadão da Costa do Marfim. A segunda permite que os residentes nascidos no estrangeiro que vivam na Costa do Marfim desde antes da independência, e os seus descendentes, se tornem cidadãos. Os cidadãos estrangeiros nascidos na Costa do Marfim entre 1961 e 1973, e os seus filhos também podem obter a nacionalidade.^[7]

Muitos migrantes e refugiados dos países vizinhos – e a ONU estima que no início de 2016 havia mais de 720 mil refugiados na Costa do Marfim – vivem na pobreza, como de fato vivem muitos costa-marfinenses. Isto acontece apesar de o país ter reportado um crescimento econômico considerável nos últimos anos. As tensões ocasionais entre membros das várias comunidades religiosas devem ser analisadas no âmbito deste cenário, pois na maior parte dos casos elas devem-se não tanto a uma questão de zelo ou ódio religioso mas mais a um descontentamento com a sua situação econômica e

social. O conflito político, que tem chegado até à violência, também colocou as pessoas umas contra as outras.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

No contexto de inúmeros crimes cometidos durante as guerras civis, os bispos católicos do país apoiaram o trabalho de reconciliação e apelaram à justiça e à paz.^[8] O Cardeal Jean-Louis Tauran e o presidente do Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-religioso, visitou a Costa do Marfim em março de 2015 para assinalar o 110.º aniversário da fundação da Diocese de Korhogo, no norte do país. Referiu que a ignorância sobre o outro era muitas vezes a causa da guerra. Disse: “Temos de trabalhar em conjunto para acabar com qualquer forma de discriminação e intolerância.” Foi citado como dizendo isto no jornal do Vaticano L'Osservatore Romano.^[9] O Cardeal Tauran enfatizou que a Igreja Católica respeita as pessoas de outras religiões e que reconhece o que é verdadeiro e sagrado nas suas religiões.

Em 24 de março de 2015, o presidente Ouattara nomeou o Arcebispo Paul Simeon Ahouana para que assumisse a responsabilidade das iniciativas de reconciliação na Costa do Marfim após as eleições presidenciais de 25 de outubro de 2015. Embora a economia tenha se reanimado sob o Governo de Ouattara, as divisões políticas e étnicas continuaram impedindo a emergência de uma estabilidade duradoura. Durante a guerra civil, o Arcebispo Ahouana, cuja diocese está sediada em Bouake, a segunda maior cidade, foi reconhecido pela sua capacidade de manter um diálogo aberto com as forças rebeldes.^[10]

Em 25 de outubro de 2015, a população da Costa do Marfim regressou às urnas para eleger um novo presidente. O incumbente, presidente Ouattara, venceu à primeira volta, beneficiando das divisões no seio da oposição.^[11] Foi, contudo, um sinal de progresso que as eleições tenham decorrido pacificamente, em contraste com o banho de sangue de 2010. Nessa altura, quando Ouattara venceu as eleições, apenas conseguiu reclamar a vitória e fazer sair o seu antecessor Laurent Gbagbo com o apoio de tropas rebeldes do norte e a pressão da comunidade internacional. Gbagbo foi finalmente detido em abril de 2011 e em novembro seguinte foi extraditado para o Tribunal Penal Internacional em Haia. O seu julgamento teve finalmente início em 28 de janeiro de

[6] Agenzia Fides, 09.11.11 (acessado em Abril de 2016)

[7] www.reuters.com/article/us-ivorycoast-laws-idUSBRE97M0Y120130823 (acessado em Abril de 2016)

[8] http://de.radiovaticana.va/news/2015/03/25/elfenbeink%C3%BCste_erbischof_zur_vers%C3%B6hnung_beauftragt/1131969

[9] http://de.radiovaticana.va/news/2015/03/17/kardinal_tauran_%E2%80%99Emangeln-des_wissen_f%C3%BChrt_zu_krieg%E2%80%99C/1129943

[10] http://de.radiovaticana.va/news/2015/03/25/elfenbeink%C3%BCste_erbischof_zur_vers%C3%B6hnung_beauftragt/1131969

[11] <http://www.nzz.ch/international/klarere-wahlsieg-fuer-praesident-ouattara-1.18637196>

2016, relacionado com a luta em Abidjan no início de 2011. Gbagbo negou todas as acusações contra ele.

O julgamento de Gbagbo foi controverso, pois ele foi o único das partes em guerra a enfrentar acusações. Os seus opositores do lado do presidente Ouattara parecem ter escapado à culpa. Assim, em vários países africanos, a imparcialidade dos procedimentos judiciais tem sido desafiada.^[12] Entretanto, o presidente Ouattara está visivelmente tentando desviar as acusações contra ele. Neste sentido, em janeiro de 2016, o Governo demitiu-se em bloco para abrir caminho para o que Ouattara proclamou ser uma renovação do país. O presidente instruiu agora o antigo primeiro-ministro Daniel Kablan Duncan para formar um novo Governo.^[13]

E, assim, apesar de um movimento geralmente positivo no sentido de uma maior democracia nos últimos anos, ainda não se sabe se a Costa do Marfim vai voltar a ganhar estabilidade, uma pré-condição vital para a coexistência inter-religiosa pacífica.

[12] Arquivo Munzinger 2016

[13] ibidem